

Se Ibama negar licença, usina do Tapajós não deve ressurgir

CHIARETTI, Daniela. "Se Ibama negar licença, usina do Tapajós não deve ressurgir". Valor Econômico. São Paulo, 3 de agosto de 2016.

O projeto da hidrelétrica de São Luiz do Tapajós, a maior aposta energética do governo para os próximos dez anos, está agonizante. Está sobre a mesa da presidente do Ibama, Suely Araújo, o destino do licenciamento ambiental mais controverso dos últimos anos, depois, é claro, da usina de Belo Monte.

Três documentos recentes produzidos no próprio governo orientam a advogada a negar a licença prévia ao empreendimento. Outro, fundamental, encaminhado pela Fundação Nacional do Índio, a Funai, em fevereiro, apontou a inviabilidade do projeto.

É o ápice de um processo que vem caminhando há meses, com vários pareceres técnicos pedindo que a hidrelétrica não seja construída.

Se a licença for negada, como é provável que aconteça, São Luiz do Tapajós, no Pará, dificilmente poderá ressurgir. O Ibama é a instância máxima do licenciamento ambiental no Brasil.

Além disso, há índios no caminho de São Luiz, a pequena aldeia de Sawré Muybu, a 20 quilômetros de onde ficaria a barragem e onde vivem 260 munduruku. A Constituição veda a remoção de índios de suas terras.

Terá sido uma conquista dos índios munduruku que vivem na calha do rio Tapajós, a maioria contrária ao empreendimento desde a sua origem. E uma tremenda vitória do movimento ambientalista, notadamente do Greenpeace, que tem feito uma grande campanha internacional para impedir a construção das usinas do Tapajós.

São Luiz do Tapajós teria capacidade instalada de 8.040 MW com investimentos de R\$ 30 bilhões. Os ambientalistas insistem que há outras formas de o Brasil conseguir energia, sem ter que estragar uma região ainda muito preservada da Amazônia.

O país poderia investir seriamente em energias renováveis. Deslançar a produção de energia solar. Estimular a geração descentralizada. Ou, pelo menos, debater estas fontes contemporâneas com mais profundidade.

O projeto de São Luiz do Tapajós tem também uma série de problemas ambientais, como lista o parecer da diretora de licenciamento Rose Mirian Hofmann, que o Ibama tornou público em seu site – desde o assoreamento dos rios que alimentam o Tapajós à perda de espécies de peixes que só existem naquela bacia.

O órgão ambiental pediu complementação de estudos ao empreendedor, que se calou nos últimos dois anos. A Eletrobras, responsável pelo projeto, tem planos de construir várias usinas no Tapajós..

Há 10 mil índios munduruku espalhados na calha do Tapajós e o rio é sagrado para eles. Havia muitos índios também na região de Belo Monte, mas ali a batalha foi perdida. Não no primeiro momento. No início dos anos 1980, o líder caiapó Raoni fez uma cruzada internacional contra a construção da usina Caparaô no Xingu, também no Pará, tendo o roqueiro Sting como seu grande aliado. A hidrelétrica não foi construída. Mas o projeto ressurgiu vinte anos depois, nos governos Lula e Dilma, como Belo Monte. O não cumprimento das condicionantes na região de Altamira e o enorme impacto social da obra demonstram, até agora, que a hidrelétrica do Xingu teve efeitos colaterais impressionantes. O Tapajós, que já vem sofrendo contaminação de mercúrio com os inúmeros garimpos ilegais ao longo de sua margem, pode estar sendo poupado.

O projeto de licenciamento ambiental que o governo interino de Michel Temer prepara pode colocar ordem nestes confrontos. Trata-se de uma legislação para regular o licenciamento ambiental em todos os projetos do país. Uma antiga reivindicação de pesquisadores e ambientalistas é que se faça uma avaliação ambiental integrada dos empreendimentos hidrelétricos que o setor de energia vislumbra, ao fazer os inventários do potencial elétrico dos rios. A análise ambiental tem que ser conjunta, e não usina a usina. O impacto socioambiental se soma. Só assim o país pode decidir qual rio deve servir para produção de energia, e qual deve continuar a correr livre.